



MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE SOCIAL

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2021

Aos quatro dias do mês de maio de 2021, das 10h30min às 10h52min, realizou-se por videoconferência a 3ª Reunião da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social do ano de 2021 para tratar: a) da aprovação da ata da 2ª reunião; b) da aprovação da redação do Plano de Ação da Comissão Permanente – Exercício 2021, em conformidade com as diretrizes do Regimento Interno; c) da atualização sobre o andamento dos projetos acompanhados pela Comissão; e d) das contribuições ao *checklist* dos portais de transparência dos Consórcios Públicos. Estavam presentes: Leonardo Dumke Busatto (Promotor de Justiça/MPPR); Danieli Kotelak de Melo (Assessora Jurídica DAS-4/MPPR); Luciano Cássio de Souza (TCU); Joubert Brunatto Silva (TCE/PR); Yohhan Garcia de Souza (Coordenadoria de Ouvidoria – OUV/CGE-PR); Isabel Kluever Koneski (Procuradora do Estado – CGTI/PGE/PR); Clarice Kusma Baisan Fernandes (Agente de Ouvidoria e Transparência – Núcleo de Integridade e Compliance Setorial – NICS/SEFA); Thais de Oliveira Queiroz (SEFA); Antônio Jordão da Silva Júnior (Analista Tributário SRRF09/RFB); Demian Bianchi Bertozzi (Auditor Federal de Finanças e Controle/CGU/PR) e Vinicius Augustus de Carvalho (SESP). A sessão foi iniciada pelo Coordenador Leonardo Dumke Busatto e secretariada por Danieli Kotelak de Melo.

Leonardo abriu a reunião e passou ao primeiro item da pauta. Questionou aos presentes se alguém se opunha ou tinha algo a acrescentar na ata da 2ª Reunião da Comissão Permanente, ao que ninguém se opôs e a ata foi declarada aprovada. Passando ao segundo item da pauta, o Coordenador informou que o Plano de Ação já havia sido aprovado pela Comissão, restando apenas a redação dele para ser aprovada. Consignou que a redação foi adaptada aos requisitos do Regimento Interno da Rede de Controle e que fez constar nos objetivos, a conduta de “acompanhar e apoiar” os projetos contidos no plano de ação. Com a anuência dos presentes, a redação do Plano de Ação foi declarada aprovada. Em atendimento ao terceiro item da pauta, mencionou o grupo de trabalho criado para acompanhar as ações do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção e o e-Prevenção e citou a última reunião ocorrida no dia 28 de abril. Convidou o representante do TCU, Luciano, para apresentar as novidades do programa.



Luciano informou que o e-Prevenção entrou na fase de testes na CGE/PR, na CELEPAR, em quatro Prefeituras e em duas Câmaras Municipais. Citou o lançamento nacional do programa, que ocorrerá no dia 20 de maio próximo. Informou que após o evento de lançamento serão realizados mais três eventos nacionais técnicos: o primeiro será realizado no dia 26 de maio e abordará a fase inicial, de respostas às questões no sistema e-Prevenção; e mais dois encontros mensais sobre as etapas do programa.

Leonardo encaminhou no chat a relação de entes e entidades públicas que estão participando do teste e sugeriu o envio desta relação no grupo de whatsapp. Relatou que o Coordenador Executivo da Rede de Controle encaminhou convite à Procuradoria-Geral de Justiça para que o MPPR participe do e-Prevenção.

Luciano citou os órgãos que estão participando: a) no âmbito federal: o TCU/PR, a CGU e o Crefono; b) no âmbito estadual e municipal: a CGE; a CELEPAR; os Municípios de Araucária, Realeza, Pato Branco e Paranacity; e as Câmaras Municipais de Campo Mourão e Pontal do Paraná. Disse que a intenção era concluir os testes em 10 dias, porém, existem algumas dúvidas dos participantes no preenchimento dos questionários que já estão sendo sanadas. Mencionou algumas funcionalidades novas da ferramenta.

Leonardo elogiou a iniciativa e ressaltou a relevância dos testes estarem sendo realizados por diferentes entes da Administração Pública direta, indireta e por órgãos de classe.

Luciano comentou ainda as tratativas dos integrantes da CGU e do OSB, os colegas Demian e Roni, com a OAB/Seccional do Paraná. Afirmou que além dos eventos nacionais que serão transmitidos no Canal do TCU no YouTube, serão realizados eventos regionais com o apoio da Rede de Controle e do TCE-PR, o qual já colocou a sua Assessoria de Comunicação à disposição para auxiliar.

Leonardo citou a importância dessa mobilização de entidades e de Municípios e mencionou que o Coordenador Executivo já foi informado deste assunto e que este reforçou que os eventos contarão com o apoio da Rede de Controle. Enfatizou que o apoio do TCE-PR é essencial para a divulgação, pois possui mais de seis mil endereços de e-mails cadastrados em sua base de dados.

Luciano aduziu que a dificuldade na adesão passa pelo convencimento dos Prefeitos de que a ferramenta os auxiliará no desenvolvimento da integridade e no combate à corrupção e que não se trata de fiscalização propriamente dita.

Leonardo opinou que a nova Lei de Licitações poderá auxiliar nesta participação, considerando que o artigo 11 trata da governança nas contratações públicas e o artigo 169 menciona a submissão das contratações a



práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. Acrescentou que estes eventos provavelmente poderão contar com o apoio da Comissão de Capacitação. Afirmou que o MPPR possui interesse que Municípios e Câmaras participem de programas de integridade e do aprimoramento da governança pública. Seguindo com a reunião, questionou se havia algum representante do Observatório Social do Brasil presente para informar sobre o andamento do projeto Força Tarefa Cidadã, ao que se respondeu não. Passou a tratar das sugestões para o Checklist da Transparência nos Consórcios Públicos.

Luciano citou que encaminhou o documento ao servidor Carlos Ferraz, que vem estudando o assunto dos Consórcios Públicos e que fez algumas ponderações sobre o checklist. Pontuou que essas anotações foram repassadas ao Luiz Gustavo, do TCU, e ele encaminhou para o Coordenador Executivo da Rede, Maurício Kalache. Esclareceu que estes apontamentos serão discutidos na reunião ordinária do colegiado que ocorrerá na próxima sexta-feira (07/05/2021). Afirmou o interesse da Secex Saúde neste assunto.

Leonardo mencionou que após aprovada a minuta do checklist, ele será colocado em prática no Estado do Paraná. Consignou que o setor de auditoria do MPPR realizará a checagem e que os grupos especializados já estão executando um plano estadual direcionado à aquisição de medicamentos, inclusive por meio dos Consórcios Públicos. Questionou se algum representante do OBS estava presente para apresentar as atualizações do projeto Força Tarefa Cidadã e, diante da ausência desses, e por não haver outro assunto a ser tratado, encerrou a reunião.

Não foram registradas deliberações nesta reunião.

Acréscimos do chat

Leonardo Dumke Busatto

10:37

As organizações participantes do teste-piloto no Paraná são: - Federais: SEC/PR; CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ - CGU/PR; CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 3ª REGIÃO - CREFONO3; - Estaduais: CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - CGE/PR; CELEPAR - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DO PARANÁ; - Municipais: PREFEITURA DE ARAUCÁRIA/PR; PREFEITURA DE PARANACITY/PR; PREFEITURA DE PATO BRANCO/PR; PREFEITURA DE REALEZA/PR; CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO/PR; e CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ/PR.